



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0011944-96.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**  
 Requerente: **João Gari**  
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Juiz de Direito: **Dr. Daniel Felipe Scherer Borborema**

Vistos.

**JOÃO GARI** propõe ação de cobrança securitária (DPVAT) contra **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**. Alega que em 11 de janeiro de 1999 ocorreu acidente de trânsito que lhe ocasionou lesões graves, requerendo indenização securitária no valor de R\$ 27.120,00, não incidindo a MP 340/2006.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 08/14.

Gratuidade deferida (fl. 16).

A requerida, citada (fl. 17), contestou o pedido (fls. 19/72). Preliminarmente, pediu a retificação do polo passivo para que conste SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, bem como sustentou a imprescindibilidade do prévio requerimento administrativo e da juntada de documentos essenciais à propositura da ação. No mérito, argumentou sobre a prescrição, ausência de laudo conclusivo do IML e que a indenização não é devida. Impugnou os cálculos.

Foi indeferida a inclusão da Seguradora Líder Dos Consórcios Do Seguro DPVAT no polo passivo (fl. 74).

Embargos de Declaração às fls. 79/85. O recurso foi conhecido, mas rejeitado (fl.86), afastando-se todas as preliminares.

Houve agravo retido, conforme fls. 91/105, em razão do inconformismo sobre o afastamento das preliminares.

A irmandade da Santa Casa de Misericórdia informou que não localizou registros de atendimento em nome do autor (fl. 113).

O autor, apesar de intimado, não se manifestou sobre o ofício negativo da Santa Casa de Misericórdia (fls 115).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Laudo Pericial às fls.141/145.

Houve manifestação das partes sobre o laudo ( fls. 150/159 e 161/168).

**É o relatório.**

**Fundamento e decidido.**

O feito prescinde de dilação probatória ou diligências, estando apto a julgamento, consoante artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil.

As preliminares já foram afastadas, sendo matéria superada.

Inegável que o requerente sofreu o acidente automobilístico descrito (fl. 13).

Entretanto, o laudo pericial concluiu que não há incapacidade (fl. 141/145).

A manifestação da parte autora às fls. 150/159 não foi suficiente para combater o laudo, o qual deve ser acolhido.

Por conseguinte, o seguro obrigatório DPVAT apenas é devido nos casos de invalidez permanente, consoante o art. 3º da Lei Federal nº 6.194/74, circunstância que não foi constatada nos presentes autos.

A propósito:

**AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)** - Acidente de trânsito - Perícia que revela a incapacidade temporária do autor - Ausência de direito à indenização Art. 3º, alínea "b", da Lei Federal nº 6.194/74 - RECURSO DESPROVIDO. (Grifos meus) (TJSP - 26ª Câmara de Direito Privado - Apelação nº 9000005-58.2010.8.26.0634 j. 19.02.2014 Rel. Des. ANTONIO NASCIMENTO).

**EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO - INVALIDEZ PERMANENTE NÃO COMPROVADA - PERÍCIA MÉDICA QUE CONCLUIU PELA INCAPACIDADE TEMPORÁRIA DA VÍTIMA - IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO.** A perícia médica judicial constatou tratar-se de incapacidade temporária. Assim, a indenização pretendida não tem respaldo na lei do seguro obrigatório DPVAT. Precedentes. (Grifos meus) (TJSP - 35ª Câmara de Direito Privado - Apelação nº 0006117-17.2009.8.26.0220 j. 13.02.2012 Rel. Des. Mendes Gomes).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT - COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO - INVALIDEZ PERMANENTE NÃO COMPROVADA - PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL QUE CONCLUIU PELA INCAPACIDADE PARCIAL TEMPORÁRIA DO AUTOR - IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO.** Hipótese em que as lesões apresentadas pelo autor não resultaram invalidez permanente, não se enquadrando nas disposições da lei do seguro obrigatório (DPVAT). Perícia médica judicial que constatou tratar-se de incapacidade parcial temporária, sendo descabida a indenização pretendida pelo demandante. (Grifos meus) (TJSP - 35ª Câmara de Direito Privado - Apelação nº 0028153-43.2009.8.26.0482 j. 19.12.2011 Rel. Des. Mendes Gomes).

Dessa maneira, improcede o pedido.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido inicial, extinguindo o processo com exame do mérito, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.

Condeno a parte autora ao pagamento de custas, despesas processuais, e honorários advocatícios que fixo em R\$ 1.000,00, observada a gratuidade.

Oportunamente, archive-se.

P.R.I.

São Carlos, 16 de dezembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**